



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

DECRETO Nº 4.688/2021

SUMULA:- Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal Alimentação Escolar – Conselho CAE, Gestão 2021-2025 e dá outras providências.

MÔNICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN, Prefeita do Município de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/2009, Lei Municipal nº 1.838/2021 e a Resolução FNDE nº 06/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal Alimentação Escolar – Conselho CAE, Gestão 2021-2025, na forma do Anexo que passa a fazer parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 12 DE JULHO DE 2021.


MÔNICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN
Prefeita Municipal

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º – O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, do Município de Itambaracá, constituído através do Decreto nº 4.669, de 31 de maio de 2021, com sede e foro no Município de Itambaracá, Estado do Paraná, reger-se-á pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, bem como o cumprimento do disposto nos Artigos 3º a 5º da Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020, Lei Municipal nº 1.838 de 02 de junho de 2021, pelo presente Regimento e pelos dispositivos legais ou regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 2º - Compete ao Conselho da Alimentação Escolar – CAE:

- I. Acompanhar e fiscalizar as diretrizes e normas fixadas pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, bem como o cumprimento do disposto nos arts. 3º a 5º da Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020;
 - II. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
 - III. Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
 - IV. Receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo, aprovando ou reprovando a execução do Programa, no Sistema de Gestão de Conselhos - SIGECON Online;
 - V. Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
 - VI. Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
 - VII. Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração do Parecer Conclusivo do CAE, com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;
 - VIII. Elaborar o seu Regimento Interno, observando o disposto na legislação vigente.
- 
- 

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

- IX. Elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições, e encaminhá-lo à EEx antes do início do ano letivo.

§ 1º - O Presidente é o responsável pelo envio do Parecer Conclusivo do CAE no SIGECON Online de que trata o inciso IV do caput deste artigo.

§ 2º - No impedimento do Presidente, o envio do Parecer Conclusivo de que trata o § 1º ficará sob a responsabilidade do Vice-Presidente.

§ 3º - O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e deverá observar as diretrizes por estes estabelecidas.

§ 4º - O CAE poderá estabelecer parcerias para cooperação com outros Conselhos de Alimentação Escolar e com os Conselhos Escolares, com vistas ao desenvolvimento de suas atribuições.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º - O Conselho da Alimentação Escolar – CAE terá a seguinte composição:

- I. Um representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II. Dois representantes dentre as entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
- III. Dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino municipal, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
- IV. Dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º - Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve pertencer à categoria de docentes.



CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

§ 2º - Os discentes somente poderão ser indicados para composição do Conselho, quando forem maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§ 3º - Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação devem realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 4º - Na hipótese da inexistência dos órgãos e entidades referidos no inciso III deste artigo, deverão os pais ou responsáveis legais dos alunos realizarem reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 5º - Cada membro titular do CAE deve ter um suplente do mesmo segmento representado, com exceção dos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais podem ter como suplentes qualquer uma das entidades referidas no inciso.

§ 6º - Ficam vedadas as indicações do Ordenador de Despesas, do Coordenador da Alimentação Escolar e do Nutricionista RT das EEx para compor o CAE.

§ 7º - A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por ato legal, Decreto ou Portaria, observadas as normas vigentes e as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a Administração a acatar todas as indicações dos segmentos representados, desde que revestidas da devida legalidade.

§ 8º - Os membros têm mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 9º - O exercício do mandato de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 10 - Os dados referentes ao CAE devem ser informados pela EEx por meio do cadastro em Sistema do FNDE e, no prazo máximo de vinte dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, devem ser encaminhados ao FNDE as cópias legíveis dos seguintes documentos:

- I. Ofício de indicação do representante do Poder Executivo;
- II. Atas, devidamente assinadas pelos presentes em cada Assembleia, relativas aos incisos II, III e IV deste artigo;



CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

- III. Portaria ou o Decreto de nomeação dos membros do CAE;
- IV. Ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.

CAPÍTULO IV DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 4º - O CAE deve ter um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva;

§ 1º - A presidência e a vice-presidência do CAE somente podem ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV do art. 3º da Lei Municipal nº 1.838/2021.

§ 2º - O Presidente e/ou o Vice-Presidente pode(m) ser destituído(s), em conformidade com o disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.

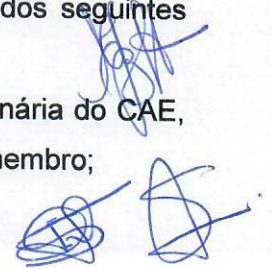
Art. 5º - Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições de Conselheiros indicados com base nos incisos II, III e IV do art. 3º da Lei Municipal nº 1.838/2021, devem dar-se somente nos seguintes casos:

- I. Mediante renúncia expressa do conselheiro;
- II. Por deliberação do segmento representado;
- III. Por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do CAE, em razão do descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 1º - Nas situações previstas nos incisos do caput deste artigo, o segmento representado deve indicar novo membro para preenchimento do cargo, a ser escolhido por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, e mantida a exigência de nomeação por Portaria ou Decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º - Ocorrendo a substituição do Conselheiro do CAE de que trata este artigo deverá ser encaminhado para o FNDE, no prazo de 20 dias úteis, as cópias legíveis dos seguintes documentos:

- I. Cópia do correspondente termo de renúncia, ou da ata da sessão plenária do CAE, ou da reunião do segmento em que se deliberou pela substituição do membro;



CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

- II. Ata da assembleia, devidamente assinada pelos presentes, com a indicação do novo membro;
- III. Formulário de Cadastro do novo membro;
- IV. Portaria ou Decreto de nomeação do novo membro.

Art. 6º - O membro representante do Poder Executivo pode ser destituído nas seguintes situações:

- I. Por decisão do Poder Executivo;
- II. Por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do CAE, em razão do descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

Parágrafo único: No caso de substituição do representante do Poder Executivo, conforme previsto no parágrafo anterior, deve ser encaminhado ao FNDE o ofício de indicação do Poder Executivo e a Portaria ou Decreto de nomeação do novo membro.

Art. 7º - No caso de substituição de conselheiro do CAE de que tratam os artigos 5º e 6º da Lei Municipal nº 1.838/2021, o período do seu mandato deve ser equivalente ao tempo restante daquele que foi substituído.

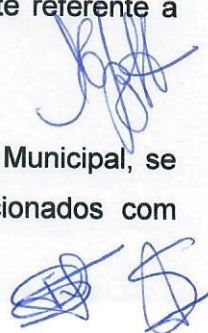
CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - O Regimento Interno a ser instituído pelo CAE deve observar o disposto na Lei Municipal nº 1.838/2021, em consonância ao que dispõe a Lei Federal nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 6/2020.

§ 1º - A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE somente poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

§ 2º - A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei Municipal vigente referente a este conselho, submetendo-se à homologação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º - Os membros do CAE que, expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal, se ausentarem do Município para comparecer a encontros ou eventos relacionados com



CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

matéria da especialidade do Conselho, ou para tratar de assunto específico deste, farão jus a diárias e transporte, ajuda de custo ou ressarcimento das despesas, na forma da lei que estabelecer o pagamento de diárias.

Art. 10 - As despesas decorrentes da Lei Municipal nº 1.838/2021 correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 11 - As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, serão públicas e realizadas preferencialmente na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Educação, podendo, por decisão de seu Presidente ou do plenário, realizar-se em outro local, e também em horário que seja compatível com a disponibilidade da maioria dos Conselheiros.

Art. 12 - As reuniões serão:

- I. Ordinárias, realizadas bimestralmente;
- II. Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou pelos Conselheiros sempre que na pauta dos trabalhos existir matéria de urgência pendente de decisão, mediante presença de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

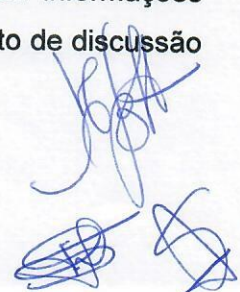
Art. 13 - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade, mais um de seus membros.

§ 1º - Se, à hora do início da reunião, não houver o quórum regimental previsto, será aguardado durante 30 (trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º - Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja quórum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que será realizada em data definida por ele.

Art. 14º - O Conselheiro Suplente tem direito à voz, e na ausência do membro titular, o suplente ficará no exercício da titularidade, tendo direito a voz e voto.

§ 1º - Os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE deverão receber, com antecedência de 5 (cinco) dias, a convocação para a reunião ordinária, com informações sobre a pauta, o local e a documentação relativa às matérias que serão objeto de discussão e deliberação.



CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

§ 2º - A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário, quando sua cópia tiver sido repassada previamente aos membros do Conselho, que após conhecimento e concordância assinam a mesma, podendo esta ser da presente reunião ou de reunião anterior.

Art. 15 – Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, de acordo com a legislação específica.

Art. 16 – Este Regimento somente poderá ser alterado por unanimidade do Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

Art. 17 – Este Regimento, depois de aprovado pelos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, será encaminhado ao Executivo Municipal, para ser publicado, quando passará então a vigorar.

Itambaracá/PR, 12 de Julho de 2021.



ELÉIA RODRIGUES TEODORO SANTINI
Presidente



GLÁUCIA APARECIDA DALBEM DA SILVA
Vice-Presidente



MÔNICA CRISTINA ZAMBOM HOLZMANN
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – 14/07/2021 – Edição 2305